
**ANEXO 08 – CONDIÇÕES GERAIS PARA GARANTIA DE
PAGAMENTO PELO PODER CONCEDENTE**

I. DA VINCULAÇÃO DE VALORES

1. Conforme previsto na Cláusula 31 do CONTRATO para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO NA OBRA e das indenizações nas hipóteses de rescisão ou anulação, o PODER CONCEDENTE constituirá em favor da CONCESSIONÁRIA a vinculação do fluxo dos recursos provenientes da _____.

2. A vinculação dos recursos acima referidos será implementada por meio de contrato de garantia com AGENTE FIDUCIÁRIO (“Contrato de Garantia”), que deverá ser celebrado pelas PARTES com o AGENTE FIDUCIÁRIO, como condição para a DATA DE EFICÁCIA, devendo ser mantida até o final da liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE no CONTRATO.

2.1. Os custos derivados do Contrato de Garantia serão arcados pela CONCESSIONÁRIA, sendo que cada uma das PARTES deverá arcar com seus próprios custos e despesas decorrentes de suas respectivas obrigações contratuais.

2.2. Após a assinatura do Contrato de Garantia, qualquer das PARTES poderá providenciar seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do local da sede do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA.

3. O Contrato de Garantia deverá prever obrigação pela qual deverão ser abertas, na data da assinatura contratual, duas contas correntes – uma em que deverá ser sempre mantido o valor referente a duas vezes o VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL (“Conta Reserva”) e a outra em que transitará todo o fluxo dos Recursos Vinculados (“Conta Vinculada”), com a finalidade exclusiva de realizar e garantir o pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE no CONTRATO. Os recursos depositados na Conta Vinculada e na Conta Reserva ficarão vinculados ao CONTRATO, nos montantes indicados no presente ANEXO, em caráter irrevogável e irretratável, até final da liquidação das obrigações do PODER CONCEDENTE no CONTRATO.

3.1. Os Recursos Vinculados serão atrelados exclusivamente às finalidades a que se

refere este item 3,, sendo vedada, portanto, sua utilização para quaisquer outras finalidades.

3.2. Os recursos depositados na Conta Reserva no montante do Saldo Mínimo da Conta Reserva (conforme definido abaixo) no item 5 e aqueles que transitarem na Conta Vinculada não poderão ser movimentados ou utilizados para nenhuma outra finalidade, tampouco ser dados em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.

3.3. Após os pagamentos a que se referem os itens antecedentes, os recursos restantes serão mensalmente transferidos pelo AGENTE FIDUCIÁRIA para a conta indicada pelo PODER CONCEDENTE (“Conta de Livre Movimentação”).

4. O Contrato de Garantia deverá prever que, a partir da data de sua assinatura, os valores dos Recursos Vinculados serão integralmente depositados na Conta Vinculada, nos termos do presente ANEXO.

II. DO SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA

5. A composição e manutenção do Saldo Mínimo da Conta Reserva (conforme definido abaixo) deverá observar o quanto segue:

5.1. Na data de celebração do Contrato de Garantia, o PODER CONCEDENTE deverá depositar na Conta Reserva o equivalente ao somatório de 2 (duas) vezes o VALOR MÁXIMO DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL (“Saldo Mínimo da Conta Reserva”).

5.2. Caso seja necessário, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá proceder à retenção e transferência da Conta Vinculada para a Conta Reserva em valor equivalente à complementação necessária para que se atinja o Saldo Mínimo da Conta Reserva.

6. Caberá ao VERIFICADOR INDEPENDENTE informar ao AGENTE DE GARANTIA eventuais alterações no valor da VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, a exemplo daquelas relativas a:

(i) incidência de correção monetária;

(ii) incorporação de diferenças decorrentes de parcelas controvertidas de

CONTRAPRESTAÇÕES MENSAS anteriores, nos termos do CONTRATO;

(iii) eventuais ajustes decorrentes de processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

6.1. Na ausência de VERIFICADOR INDEPENDENTE, caberá ao PODER CONCEDENTE informar ao AGENTE DE GARANTIA as alterações de valor de que trata o item 6.

III. DA OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA VINCULADA

7. A operacionalização da Conta Vinculada será dada da seguinte forma:

7.1. O PODER CONCEDENTE deverá indicar, na data de celebração do Contrato de Garantia, a Conta Vinculada como receptora dos Recursos Vinculados, assegurando, assim, que todo o fluxo dos Recursos Vinculados transite pela Conta Vinculada antes de ser liberado para a Conta de Livre Movimentação .

7.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá reter mensalmente na Conta Vinculada recursos suficientes para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA.

7.3. A CONCESSIONÁRIA comunicará ao AGENTE FIDUCIÁRIO sobre os exatos valores a serem recebidos referentes à CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e à CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA, mediante o envio de: (i) relatório mensal de indicadores de desempenho com o respectivo aceite do PODER CONCEDENTE, se elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, ou, do relatório mensal de indicadores de desempenho elaborado pelo PODER CONCEDENTE; e, (ii) documentos de cobrança da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e/ou da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA, neste segundo caso acompanhado dos correspondentes termos de aceite do PODER CONCEDENTE que ensejam, o pagamento da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA, responsabilizando-se civil e criminalmente por tais informações.

7.4. Após o recebimento dos documentos descritos no item 7.3, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir, na mesma data, os valores devidos para a conta corrente

indicada pela CONCESSIONÁRIA, independentemente de solicitação ou aval por parte do PODER CONCEDENTE.

7.5. Caso os Recursos Vinculados de determinado mês sejam insuficientes para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e/ou da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir recursos da Conta Reserva para a conta indicada pela CONCESSIONÁRIA suficientes para o pagamento do valor total devido pelo PODER CONCEDENTE.

7.5.1. Na hipótese de que trata o item 7.5, acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO realizará a retenção e transferência da Conta Vinculada em valor equivalente à complementação necessária para que se atinja novamente o Saldo Mínimo da Conta Reserva.

IV. OUTRAS DISPOSIÇÕES

8. O Contrato de Garantia determinará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a emissão mensal de extrato da Conta Reserva e da Conta Vinculada e seu envio à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE.

9. É facultado ao PODER CONCEDENTE solicitar ao AGENTE FIDUCIÁRIO a aplicação financeira dos recursos existentes na Conta Reserva em investimentos específicos disponíveis, desde que lastreados em títulos públicos federais, com possibilidade de resgate em até 1 dia útil. Os frutos e rendimentos advindos deverão ser incorporados à respectiva Conta Reserva, sendo-lhes aplicáveis as disposições relativas à própria Conta Reserva.

10. Os riscos das aplicações financeiras serão integralmente assumidos pelo PODER CONCEDENTE, cabendo-lhe a responsabilidade pela reposição imediata e integral do Saldo Mínimo da Conta Reserva, no caso de eventuais perdas, de acordo com o previsto neste ANEXO.

11. Quando da assinatura do Contrato de Garantia, o PODER CONCEDENTE deverá informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO se há VERIFICADOR INDEPENDENTE contratado, bem como os principais dados e informações a ele relativos. Na hipótese de não haver VERIFICADOR INDEPENDENTE contratado, o PODER CONCEDENTE informará ao AGENTE

FIDUCIÁRIO tão logo ocorra a referida contratação. Também constitui dever do PODER CONCEDENTE informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO as demais contratações de VERIFICADOR INDEPENDENTE que se fizerem necessárias ao longo do CONTRATO, bem como o encerramento ou suspensão de qualquer contrato vigente com VERIFICADOR INDEPENDENTE.

12. O Contrato de Garantia deverá prever que, caso a CONCESSIONÁRIA empenhe, ceda ou de qualquer outra forma transfira diretamente aos FINANCIADORES os direitos à percepção da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e/ou da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá realizar o pagamentos de valores relativos à CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL e/ou da CONTRAPARTIDA PELO INVESTIMENTO DA OBRA diretamente aos FINANCIADORES, mediante notificação dos FINANCIADORES, independentemente de anuência prévia por parte da CONCESSIONÁRIA.